

DA NECESSIDADE PARA A PRECARIIDADE: OS DESAFIOS DO TRABALHO INFORMAL

Glicia Juliane Cunha Barroso ¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade discutir e suscitar o debate sobre o trabalho informal, buscando ainda dialogar sobre suas causas, consequências e implicações, que abrangem a estrutura econômica e social no país. Esta investigação utiliza métodos bibliográficos, a partir da seleção de artigos e livros encontrados nas plataformas e bases de dados, a fim de dar embasamento ao estudo.

A informalidade pode ser caracterizada pela ausência de registro na carteira, direitos trabalhistas e proteção previdenciária, e é também uma grande realidade, especialmente nas camadas mais precarizadas da sociedade, é um caminho, que para muitas pessoas configura-se como única alternativa, afinal ainda que de forma escassa, é possível obter renda financeira, contudo, o trabalho informal também revela o retrato da desigualdade social.

A informalidade sempre foi um fenômeno difícil de compreender, analisar, mensurar e superar. O entendimento de que é apenas o espelho invertido do trabalho formal e um sinônimo aproximado da condição de pobreza não se adequam aos processos contemporâneos de informalização das relações de trabalho formal e da fluidez que caracteriza as múltiplas facetas da informalidade atual. (Krein et al, 2021, p. 345).

Este cenário revela a ausência de um vínculo empregatício formal, demonstra a falta de acesso a serviços sociais, políticas públicas, direitos trabalhistas e embora exista dificuldades para se entender as interfaces da informalidade, há muitas observações para serem feitas a seu respeito.

Nas últimas décadas, o exacerbado crescimento da informalidade tem sido provocado por fatores conhecidos, a exemplo, crises econômicas, avanços tecnológicos, cortes em investimentos públicos e desigualdades sociais são alguns dos fatores que provocam a expansão do desemprego, bem como, uma crescente romantização da autonomia e do empreendedorismo. Essas lacunas sociais revelam invisibilidade e grande insegurança e refletem no

¹ Graduando do Curso de **Licenciatura em Pedagogia** da Universidade Federal do Pará – UFPA
juliapedcello@gmail.com;

enfraquecimento de políticas públicas, ocasionando o aumento do trabalho informal, diminuindo a segurança e proteção social de muitas famílias.

É importante versar sobre os males que abrangem o trabalho informal, a saber os impactos e ausência de proteção social, a necessidade de políticas públicas eficazes, formalização justa e inclusiva. Somente a partir de uma abordagem integrada é possível gerar reflexões sobre o trabalho como um espaço de dignidade e valorização e não de inseguranças.

O sonho de empreender estimula a autonomia e também atua na geração de emprego e renda, contribuindo para o desenvolvimento local e nacional, despertando possibilidades de mudanças e transformações, contudo, existem desafios e necessidades que devem ser dialogadas.

METODOLOGIA

Este estudo configura-se como qualitativo e bibliográfico, tendo como objetivo analisar a presença e ação da “informalidade” no atual cenário. Dentro desta perspectiva, foram utilizadas outras fontes teóricas, a fim de dar embasamento e aporte teórico para esta construção.

Para Severino (2017, p. 122) “A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos ou digitais.”, proveniente de leitura e seleção de livros e artigos disponíveis nas plataformas e bases de dados.

O intuito deste estudo é provocar a observação sobre os impactos que a informalidade gera para a população, e como segue afetando parte da sociedade. Desenvolvendo problemas e aspectos negativos, que dificultam o crescimento econômico e causam o aumento de mazelas nas populações vítimas de desigualdades sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A informalidade em muitos casos acaba gerando uma sobrevivência desigual, revelando uma tentativa de construção sem grandes possibilidades e oportunidades, ainda com a utopia de se estar desenvolvendo algo sozinho, com vistas a ser dono de seu próprio negócio e tempo.

O fenômeno da informalidade do trabalho é tão antigo e tão complexo quanto o próprio capitalismo. Na medida em que foram se configurando as primeiras relações de assalariado e com elas algumas demandas regulatórias mínimas, foram também despontando os casos em que a regulamentação era contornada por meio do estabelecimento de compromissos informais que mantinham a relação funcional entre aqueles que compram e vendem a força de trabalho sem que houvesse que se cumprir com as normas estabelecidas. (Krein et al, 2021, p.327).

A informalidade e a desigualdade estão intimamente ligadas, uma vez que o trabalho informal aprofunda a desigualdade, numa relação de venda de mão de obra, onde o valor pela qual essa mão de obra é vendida não consegue suprir as necessidades básicas de quem as vende.

Na prática, o que tem ocorrido é o fato de que muitas pessoas, embarcam nessa perspectiva por falta de oportunidades e também porque criou-se a ilusão de que a informalidade pode trazer independência financeira repentina, e de fato, existem exceções, contudo na maioria dos casos, ocorrem apenas ausências e fragmentação de direitos.

Para Jaccoud (2009, p. 20), “A reprodução de pobreza e desigualdade no âmbito do mercado de trabalho configura-se assim, no centro do debate sobre a proteção social”. A proteção social seria ações criadas para garantir condições básicas de vida digna a todos, dando visibilidade para a prática da equidade.

O que deveria ocorrer com o aumento da informalidade, em uma visão bem positiva poderia ser a melhoria e qualidade de vida como requisitos básicos, contudo, o que prevalece é um rompimento de direitos na maioria dos casos, isso gera grandes distâncias econômicas, falta de proteção social, alterando assim a ideia de bem estar social e silenciando o acesso a direitos básicos para as pessoas. “A informalidade é um problema histórico no Brasil e envolve parte expressiva das pessoas ocupadas” (Krein et al, 2021, p. 343). A historicidade apenas confirma, que a maior parte da população já sofre há tempos com a falta de empregos formais, que de certa forma, deveriam provocar crescimento e desenvolvimento, e, no entanto, contribuem para acentuar a estrutura desigual do mercado de trabalho.

As situações de instabilidade financeira e medo de perda da subsistência geram instabilidade e a vivência de desamparo, conceito psicanalítico que se refere à precariedade física e psíquica constitucional da existência do homem diante da tarefa de manutenção da vida. As situações de desamparo foram vivenciadas em diferentes contextos. (Rodrigues; Lucca, 2024, p. 6).

Desta forma, os pensamentos que permeiam na mente daqueles que aderem a informalidade, leva-os de todas as formas a serem resilientes e desenvolver-se ainda que em situações hostis, com o sonho e a esperança de prosperar por conta própria. No entanto, o empreendedorismo não deveria ser feito desta forma, sem amparos sociais, sem a ajuda de políticas públicas, designadas para esta modalidade específica, deveria haver orientações acessíveis. De acordo com os autores, o que se têm é:

Dentro da informalidade, entretanto, encontram-se outras variantes de trabalhador informal que envolvem distintas formas de subordinação, de precariedade, de remuneração, de condições de trabalho, além de diferentes estratégias pessoais para a própria reprodução social. (Krein et al, 2021, p. 332).

Entender as precariedades do trabalho informal é essencial para observar seus impactos, a falta de proteção trabalhista e ausência de direitos, são apenas alguns dos malefícios provenientes desta modalidade, de fato, muitos estão motivados e crendo que a informalidade garante a tão sonhada independência financeira, não obstante, se exercida de forma errada, esta independência contribui apenas para o avanço de desigualdades e exclusões, principalmente para as classes mais pobres, as pessoas pertencentes a esses grupos sociais, em sua grande parte habitam as zonas periféricas das cidades e estão inseridas em grupos que seguem invisibilizados e silenciados, a informalidade segue contribuindo para que em muitos casos, não ocorra a mudança desse cenário.

Neste sentido, o debate sobre a informalidade nos países subdesenvolvidos nasce da análise do próprio modelo de desenvolvimento na região, este centrado numa industrialização capital-intensiva, que gera pouco emprego e é incapaz de absorver força de trabalho coadunada com o padrão de crescimento demográfico. (Costa, 2010, p. 175).

De que forma estão sendo percebidas, no atual cenário político nacional os males que recaem sobre as pessoas que perdem seus empregos formais, existem vários aspectos, são percebidos incentivos e também críticas à informalidade, neste debate é de suma importância dialogar sobre o papel a ser exercido pelo Estado, para Michel Foucault (2008, p. 111) “O governo passa a ser entendido como a arte de conduzir as condutas, de gerir as populações, de produzir políticas de segurança.”, somos instados a pensar sobre o ato de planejar, implementar e avaliar ações e estratégias públicas que visam garantir a proteção dos direitos e do bem estar coletivo.

Dentre muitos males, sabe-se que todo este contexto de escassez gera nas pessoas problemas psicológicos, danos à saúde mental, incertezas em relação ao futuro, autocensura, entre outros problemas. Parte desses questionamentos circundam a população e não revelam a eficácia das políticas e ações do poder público, e acabam não atendendo as reais necessidades da sociedade.

“O conceito de “informalidade”, embora muito adotado pelas ciências sociais e econômicas brasileiras, refere-se a fenômenos demasiadamente diversos para serem agregados por um mesmo conceito, como a literatura internacional vem apontando.” (Noronha, 2003, p. 1). Em conformidade com o autor, este conceito é amplo e abrange muitos espaços, os trabalhadores informais, estão desprovidos de várias regulamentações do Estado, direitos previdenciários e trabalhistas, assumem riscos, e em muitos casos não contam com renda econômica para realizar investimentos em seus negócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo debruçou-se em desenvolver um diálogo sobre os aspectos que envolvem a informalidade, nesta perspectiva é válido destacar, que são muitos os fatores que cercam este tema, é algo complexo, pois em muitos casos consegue proporcionar melhorias e avanços, e em outras situações revela aspectos sociais degradantes que não mudam, vulnerabilidade social, condições indignas de trabalho e sem amparo social.

Determinar o que deve ser correto não é o intuito deste estudo, no que concerne ao desenvolvimento de trabalhos e ocupações informais, e nem gerar julgamentos sobre trabalhadores informais, porém, é importante destacar que a informalidade abre margens para o aumento da exclusão e pobreza, tirando o acesso a direitos básicos já garantidos na Constituição Brasileira.

Grande parte da população tenta apenas sobreviver às ausências e carências encontradas no atual cenário brasileiro. O trabalho informal não é o ideal, mas ainda é uma expressão de resistência e também luta, mediante a falta de oportunidades.

Sendo necessário mais atenção para situações que degradam e trazem problemas para o bem estar social e econômico das pessoas, e a fim de que se diminua o aumento de algo que acaba gerando grande desequilíbrio para a sociedade, reitera-se a grande importância e valor

que possui a educação, como sendo um instrumento que vai contribuir para a garantir a equidade.

Palavras-chave: Informalidade; Trabalho, Direitos, Precariedade.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. P. 171-190. **Caderno CHR 23 (58)**. Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.com.br> Acesso em: 21 jul. 2025.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Texto para discussão, n. 1372, Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- KREIN, José Dari; ABILIO, Ludmilla Costhek; MANZANO, Marcelo. Informalidade: um fenômeno cada vez mais complexo e generalizado. **IN: Políticas Públicas no Brasil, Nepp**, 2021. Disponível em: <https://nepp.unicamp.br> Acesso em: 21 jul. 2025.
- NORONHA, G. Eduardo. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, nº53, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.com.br> Acesso em: 03 out. 2025.
- RODRIGUES, Nara Leticia Pedroso Ramos; LUCCA, Sergio Roberto de. de. Precarização do trabalho em plataformas digitais: narrativas de desgastes e desalento de motoristas e entregadores. A precariedade do trabalho nas plataformas digitais: narrativas de desgaste e desânimo entre motoristas e entregadores. **Revista Saúde Debate**, 48 (143). Out. Dez, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.com.br> Acesso em: 21 jul. 2025.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. Ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.